



# Anais da Assembléia

N.º 104

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE SETEMBRO DE 1.980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1980

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Romero Filho, Valduga e Gilberto Agibert Filho (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados Fuad Nacli, David Cheriegate, Gilberto Carvalho, João Mansur, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Pinto Dias, Renato Bernardi, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Emendas:

PROJETO DE LEI N.º 92/80

### EMENDA:

Inclua-se:

Art. — Os oito (08) cargos de provimento em Comissão de Coordenador, com lotação nas respectivas Coordenadorias das Diretorias, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, passam a pertencer ao Símbolo DAS-5.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1980.

(a) Adalberto Daros, Renato Bernardi, Gilberto Agibert Filho, Renato Bueno e Nelson Buffara

### JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 6996, de 12/04/78, que criou a simbologia numérica geral com a denominação DAS, atribuiu aos Chefes da Coordenadoria dos órgãos do Poder Executivo, o Símbolo DAS-5, (anexo III, referido pelo art. 7º).

De acordo com o § 1º, do art. 108 da Constituição Federal, os níveis de vencimentos dos cargos do serviço civil do Poder Executivo aplicam-se aos funcionários do Poder Legislativo.

Ainda nos termos do § 2º, do mesmo artigo, da Carta Federal, a medida ora preconizada é característica da lei ordinária, daí porque se inclui como emenda no projeto de autoria do Governo do Estado.

PROJETO DE LEI N.º 96/80

### EMENDA:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, emenda ao anteprojeto de lei que objetiva a instituição de um Plano de Classificação de Cargos, no que se refere ao Art. 15, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15 — Nenhum servidor inativo poderá ter seus vencimentos básicos de inatividade inferiores ao vencimento inicial estabelecido para cargo correlato ao qual foi aposentado, ressalvados os casos de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, cuja proporcionalidade deverá ser mantida".

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1980.

(a) CYRO MARTINS

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 78/80, Mensagem Governamental n.º 37/80, que denomina "Governador Bento Munhoz da Rocha Neto", a Usina de Foz do Arêia.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1980.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 108/80, que "Retifica o Art. 4º, da Lei n.º 230, de 29/12/61, que criou o Município de Tuneiras do Oeste (retifica divisas).

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. OSVALDO ANASTÁCIO DE FREITAS, ex-Coletor de Iretama, ocorrido na cidade de Peabiru, em trágico acidente automobilístico, dia 15 p.p.

Requer outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos familiares do extinto, usando o seguinte endereço: Daniel Boti Bandeira da Silva — Prefeitura Municipal de Peabiru — Pr.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1980.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de aplausos ao Dr. WELLINGTON DAVID SANTOS, Superintendente da SUCEPAR, pelo dinâmico trabalho que desenvolve frente à competente e prestimosa equipe, dedicada ao combate da erosão, notadamente na região Noroeste do nosso Estado.

Requer outrossim, aprovado este requerimento, dê-se

ciência da decisão da Casa ao Dr. Renato Johnsson, Secretário do Interior e ao homenageado.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do § 2º, do art. 11, da Constituição do Estado, REQUER lhe sejam concedidos trinta (30) dias de licença, para o fim de exercer as funções de observador junto ao CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ, ora em curso na cidade de Londres, Inglaterra, tendo em vista que ali se discutem questões de interesse do nosso Estado.

Requer ainda, que a data do início seja marcada para o dia 20 do corrente.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1980.

(a) JOÃO ELÍSIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, solicitando as seguintes informações:

- 1). Se a SANEPAR cobra alguma taxa dos fornecedores quando do registro destes, junto à Divisão de Compras;
- 2). Em caso positivo, com base em que dispositivo legal e quais os critérios adotados para a sua cobrança?

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Sr. PAULO YOKOTA, MD. Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, solicitando a diminuição do módulo de terras rurais para efeito de escrituras.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná está sofrendo uma grande transformação na estrutura agrária, devido a mecanização agrícola, e o consequente aumento da população urbana, gerado pelo êxodo rural.

A política adotada para o fracionamento de áreas, não satisfaz as exigências da atual realidade, principalmente nas regiões do norte, nordeste, noroeste, sudoeste e centro-oeste do Estado, que hoje desenvolve uma agricultura de grande porte, em especial o oeste paranaense.

No caso específico do norte até o oeste do Paraná, que é a grande faixa do binômio soja-trigo, observa-se que as populações do campo, constituídas de pequenos proprietários e arrendatários, transferiram-se para as cidades-polo e para as capitais, à busca de empregos, e cedendo lugar à marco-agricultura, forçando assim a concentração dessas pequenas propriedades em mãos de uns poucos.

A elevação do preço de terras, caracterizado principalmente pela especulação imobiliária e pelo modismo da agricultura, aliado ao processo inflacionário desenfreado, vem gerando intransponíveis dificuldades de pequenos agricultores agregarem à sua propriedade, outras parcelas, devido ao alto custo por alqueire.

Esses obstáculos, ajudam a motivação do êxodo rural, criando dificuldades na infraestrutura das cidades-pólo, e nas capitais dos Estados agrícolas. Some-se a estes fatos, o problema

do condicionamento de divisões de áreas causados pela irreal exigência das frações, hoje exigidas pelo módulo.

Por essa razão, um dos grandes problemas existentes hoje com relação a esses aspectos de natureza econômico-sociais, são causados pelas dificuldades de agricultores com poucas posses, adquirirem áreas menores e ali desenvolverem pequenas atividades, sobre as quais a horti-fruti-granjeira, além da suinocultura e avicultura.

Isto posto, tem-se que a melhor política da racionalização da atividade com o disciplinamento e controle desse prejudicioso êxodo rural, seria a diminuição das exigências até agora impostas pelo INCRA.

A sugestão prática que oferecemos, é no sentido de que esse módulo seja baixado nos arredores das sedes municipais e sedes de distritos, levando-se em conta um raio entre cinco e dez quilômetros, com a fração de um hectare e nas distâncias além das acima referidas a partir de dois hectares, para que as populações mais carentes de recursos possam adquirir pequenas áreas e desenvolver uma atividade econômica capaz de satisfazer as necessidades básicas das famílias, com o que disciplinará as consequências hoje sentidas pelos grandes aglomerados urbanos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente às autoridades, Sr. Dr. JAIR DE OLIVEIRA SOARES, DD. Ministro da Previdência Social, Ilustríssimo Sr. Superintendente Regional do INPS e Ilustríssimo Sr. Secretário da Previdência Social do MPAS, solicitando a necessidade da urgente instalação, em Toledo, da Agência da Previdência Social.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1980.

(a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo o Paraná um Estado populoso e economicamente o mais ativo do Sul do Brasil, além de registrar "superavit" no setor previdenciário, a instalação de agência da Previdência Social em Toledo é esperada com grande ansiedade pela comunidade toledana, uma vez que a mesma já foi oficialmente criada há algum tempo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde Pública e Bem Estar Social, no sentido que preste as seguintes informações a esta Casa Legislativa:

1. A publicidade divulgada hoje em "páginas inteiras", pelos jornais Gazeta do Povo (pg. 11), Diário do Paraná (pg. 5 1º cad), e Tribuna do Paraná (pg 5), numa promoção da Secretaria de Saúde e de seu Secretário, foi também inserida em outros órgãos da imprensa?
2. Em se tratando de matéria cercada e padronizada, qual foi o seu custo no total da programação feita?
3. Enumerar cada um dos jornais contratados para referida propaganda, e o valor atribuído a cada um.
4. Informar se a Secretaria da Saúde tem feito outras programações pagas através da imprensa, rádio e ou televisão, e em caso afirmativo, quais.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1980.

(a) DÁCIO LEONEL

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Registramos a presença em nosso Plenário, do Sr. Anorval Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Castelo Branco.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fideicino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa, Sr. Presidente, à consideração do Plenário, um requerimento solicitando que haja um reexame da questão dos módulos de fracionamento de terras rurais.

É uma reclamação que se tem condensado nas reuniões de sindicatos de agricultores, principalmente nas regiões mais afeitas às transformações agrárias, devido a mecanização agrícola.

E, como o êxodo rural naturalmente, é o fator de pressão que sofrem os pequenos proprietários, some-se ainda, o problema inflacionário, além de outras condicionantes, para que isto pressione, de forma efetiva, as populações rurais que abandonam a agricultura.

E é exatamente neste sentido, Sr. Presidente, que estamos encaminhando uma sugestão à Presidência do INCRA, no sentido de diminuir os módulos em todas as regiões, principalmente do Paraná, sejam do norte, do oeste, do sudoeste, do centro-oeste, onde a pressão da mecanização agrícola está fazendo com que os pequenos proprietários vendam suas áreas para serem agregadas a outras maiores, e assim, transformando a população rural em marginalizada das zonas urbanas.

E essas populações concentram-se nos polos econômicos, vale dizer, nas grandes cidades do Estado do Paraná. Observe-se o aspecto causador dessa migração, nas cidades que estão sofrendo com esse tipo de política do Governo, como o caso de Cascavel, Londrina, Maringá, Umuarama, Ponta Grossa, Guarapuava e, especialmente, Curitiba.

Não é possível, Sr. Presidente, que o Governo não tenha se acordado ainda, para diminuir o módulo rural. Hoje, as terras estão custando, Sr. Presidente, no Oeste do Paraná, entre 200 e 400 mil cruzeiros um alqueire, e os pequenos proprietários, cujas famílias vão se ampliando, não têm condições de adquirir áreas, e o único recurso de que dispõem nesta macro-agricultura, é vender as suas áreas e se transportar para outras regiões, para outros Estados, e até mesmo para o Paraguai e Argentina.

Por esta razão, fazemos este apelo (que não é o primeiro), no sentido de colocar reparos nessa política, o que por certo corrigirá muitos erros cometidos por organismos que nada fazem, senão emperrar — no meu entender —, o desenvolvimento da agricultura deste País, especialmente nos Estados do Sul.

É neste sentido, Sr. Presidente, que oferecemos esta contribuição, para que, nas regiões próximas às cidades, sejam elas sedes municipais ou sedes distritais, e até mesmo nas capitais, sejam levadas em conta distâncias equivalentes entre cinco e dez quilômetros de raio, para fixação do módulo.

Por exemplo: para cada cinco quilômetros raio, um hectare, e para o raio entre cinco e dez quilômetros, a fração seja de dois hectares.

É nessa consideração, Sr. Presidente, é de se fazer um estudo com a maior brevidade, porque esses obstáculos estão prejudicando inclusive a política de assentamento das populações nessas regiões, premidas pelas circunstâncias e pelos fatos criados por força da tecnologia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, ao nobre Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quase diariamente, ouvimos e lemos notícias de desastres pavorosos que se verificam em nossas rodovias, em nossas estradas, e muitos desses acidentes, são determinados pela irresponsabilidade e imprudência de motoristas.

Mas, muitos destes acidentes também, causados pela falta de cuidado, pela falta de melhor sinalização em nossos trechos rodoviários.

Quando viajamos para o litoral do nosso Estado, principalmente para a região das praias, é um verdadeiro suicídio. Acontece que foram iniciadas, há tempos passados, obras de melhoria e reparação do trecho compreendido entre a BR-277 até a entrada de Praia de Leste.

Estas obras foram paralisadas, está tudo em meia pista, e além disto, não há acostamento; onde existe acostamento, este está numa altura incrível, em alguns trechos, com mais de cinquenta, setenta centímetros, um perigo extraordinário, à noite, se não houver cooperação entre os motoristas, acidentes acontecem, certamente, e nós poderemos ser vítimas fatais em acidentes nesse acesso às nossas praias.

Ainda há pouco conversávamos com um engenheiro que viajou ontem, do litoral a Curitiba, quando ele dizia que dava graças a Deus, por chegar com vida à nossa capital, porque ele passara momentos incríveis, nesta estrada de nossas praias.

As obras foram paralisadas, está tudo no mais completo abandono, a sinalização é inadequada, praticamente inexistente, e nada se faz, nada se realiza.

Então, assomamos à tribuna nesta tarde, para clamarmos à Secretaria dos Transportes, ao DER, para que tome providências, para que não brinquem com a vida das pessoas que vão às nossas praias, porque, daqui a amanhã, uma família inteira morre num acidente, daí então, a responsabilidade é do motorista ou de quem estava na estrada, o Estado, os órgãos governamentais não têm nada com isso, fogem, todos, da realidade.

Há que se tomar providências.

Ainda há pouco, também conversávamos com o Deputado Nelson Buffara, que é um dos representantes daquela região nesta Casa. Ele também demonstrava a sua preocupação em torno da situação em que se encontra o trecho rodoviário compreendido entre a BR-277 até a Praia de Leste.

Fica aqui o nosso apelo, lavrada a nossa palavra, sobre a situação da estrada das praias, e se amanhã ou depois acontecer algum acidente por lá, alguém morrer, nós viremos aqui para responsabilizar a Secretaria dos Transportes e o Departamento de Estradas de Rodagem, pelo desmando e pelo descaso em torno dessa obra.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos esta tribuna, para fazer a devida justificação de um pedido de informações ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social. (Lê):

“Senhor Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Secretário da Saúde, encomendar uma propaganda de sua Secretaria, numa auto-promoção dele, Secretário, é algo profundamente estranhável.

Não satisfeito com uma promoção mais discreta, deve ter autorizado — já que é o patrão na Secretaria, as publicações hoje vistas pelo público leitor: páginas inteiras, tendo ao alto uma “caprichada” foto de quase 1/4 de página do titular da Secretaria da Saúde.

Vimos tal propaganda na Gazeta, no Diário do Paraná, e na Tribuna, ignorando se tal publicidade foi feita em todos os jornais ou apenas em alguns.

E, qual o custo desta loucura narcisista?

Ou teria sido gratuito, com os jornais publicando a mesma matéria, com os mesmos títulos, num mesmo dia, apenas como gentileza ao titular da Saúde?

Ninguém desconhece quanto se tem falado nas dificuldades financeiras do Estado.

Muito se tem falado sobre as reduções de gastos, e até

mesmo com a proibição de novas contratações, tudo para ajudar a combater a crise.

Algum tempo atrás já tivemos um pedido de informações rejeitado nesta Casa, quando se desejava saber os gastos do Governo com promoções feitas pelas emissoras de televisão.

O que se pretendia naquela ocasião, é o que pretendemos hoje: exercer o poder de fiscalização.

Esta é a razão para que acreditamos que o Plenário decida pela aprovação deste pedido de informações, sob pena de sermos forçados a admitir que realmente existem irregularidades, graves, naquela Pasta.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Como é de conhecimento de todo o Paraná, mais um acidente rodoviário vitimou um Líder indígena do nosso Estado.

E, em função disso, e para que se evite o que ocorreu anteriormente, com a morte do índio Ângelo Cretan, a Associação Nacional de Apoio ao Índio a ANAI, enviou ao Procurador Geral da Justiça no Paraná, Dr. Henrique César, o seguinte expediente, que hoje lemos nesta Casa, para que fique registrada nos Anais e que no futuro, possa inclusive servir, como prova em processo que se pretende instaurar. (Lê):

"A Associação Nacional de Apoio ao Índio - ANAI, Regional do Paraná, é uma entidade civil voltada para a defesa dos interesses indígenas junto à sociedade como um todo, especialmente junto às instituições oficiais direta e indiretamente responsáveis pela aplicação da política indigenista oficial. Dando cumprimento aos seus objetivos, a ANAI apresenta à consideração de Vossa Excelência, os seguintes fatos:

1. — Está internado na Policlínica de Pato Branco, o índio guarani Norberto de Paula Gabriel, residente na reserva indígena de Mangueirinha, localizada no Município do mesmo nome. Conforme notícia do jornal "O Estado de São Paulo" de hoje (em anexo), o índio citado teria sido vítima de um acidente automobilístico na BR-469, quando o carro que dirigia teria capotado e o lançado fora da estrada, a uma distância de 30 metros.

2. — Conforme ainda o referido jornal, citando as declarações do neurologista Paulo de Souza, o índio sofreu uma lesão cerebral devido a uma "pancada na cabeça".

3. — De acordo com verificação in loco efetuada por membro da diretoria da ANAI, que ontem se dirigiu a Pato Branco e hoje esteve na Policlínica, onde conversou com enfermeiros e inclusive visitou o índio em seu quarto, não há nenhum tipo de machucadura no corpo do índio Norberto, como fraturas, escoriações, cortes ou arranhões, que seriam encontrados caso ele tivesse capotado, como cita a versão do jornal, e que seria lógico que existisse, uma vez que o carro ficou bastante danificado.

Nossa preocupação é a razão pela qual nos dirigimos a Vossa Excelência, prende-se ao fato que deve ser do vosso conhecimento, daquela área indígena estar sob constante tensão, uma vez que corre na Justiça um processo, no qual a Fundação Nacional do Índio — FUNAI, reivindica para a União e para o usufruto do índio (conforme Estatuto do Índio), parte da área desta reserva, ilegalmente vendida a particulares. Em função desse processo e dos índios considerarem como de sua propriedade, a área hoje colocada "sub judice", vários têm sido os conflitos lá ocorridos nos últimos meses. O mais grave deles resultou na morte do cacique kaingang Ângelo Cretã, em uma situação ainda não esclarecida devidamente, onde teria ocorrido, segundo nossa opinião, uma emboscada criminosa, ápice de uma série de ameaças que o referido Líder vinha sofrendo

de pessoas residentes nas proximidades da área indígena.

A ocorrência de um segundo acidente com um líder indígena de Mangueirinha, aponta-nos para a necessidade de serem tomadas algumas medidas cautelares especiais, entre elas a que diz respeito a essa solicitação, visando exercer aquilo que nos compete, isto é, a vigilância em torno dos problemas que envolvem as comunidades indígenas do Estado.

Em vista do exposto, a ANAI dirige-se a Vossa Excelência, no sentido de solicitar a sua interferência, em caráter de urgência, junto à Promotoria de Pato Branco, para que seja realizado um exame especial de lesões corporais no índio Norberto de Paula Gabriel, com o objetivo de determinar de forma precisa, a origem da lesão cerebral, ou seja, qual o tipo de "pancada" que teria originado este tipo de lesão: se provocada pela queda do índio no asfalto ou se realizada intencionalmente, isto é, através de algum tipo de agressão localizada.

Certos de contar com a especial atenção de Vossa Excelência, subscrevemo-nos atenciosamente, e colocamo-nos ao vosso inteiro dispor, para qualquer esclarecimento necessário".

Na ausência do Procurador, Dr. Henrique César, este ofício foi entregue ao seu substituto, no dia 14 de setembro de 1980, Dr. Guilherme Albuquerque Maranhão.

Para que os Anais da Casa registrem esta providência tomada pela ANAI, é que fizemos a presente leitura.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupou a tribuna, na semana passada, nesta Casa, o nobre Deputado Fiori Luiz. Naquela oportunidade, ao defender uma majoração de vencimentos ao professor do Paraná, Sua Excelência foi injusto em ataques ao Governo do Estado, em termos raivosos, anti-regimentais. Nós, que sempre consideramos esta Casa um foro de debates, não podemos, evidentemente, aceitar as colocações feitas pelo nobre Deputado Fiori Luiz, relativamente à matéria.

Todos os Srs. Deputados desta Casa, e aí não existe nenhuma exceção, são acordes em reconhecer que realmente há uma defasagem muito grande, sempre existiu, no vencimento do professor, pela importância das funções que exerce, pela representatividade que precisa ter no meio onde trabalha, é evidente que o professor deve ser bem remunerado, a fim de que tenha a tranquilidade necessária para poder ministrar as suas aulas.

Entretanto, uma contingência econômica grave, como esta que vive o Brasil de hoje, sacrifica todos os segmentos da sociedade. Ninguém está indene à inflação, nem mesmo os Governos Estaduais, que devem cumprir seus orçamentos com um quase diário aumento de custos.

Os Governos dos Estados, como possa querer o nobre Deputado Fiori Luiz, não geram recursos, não imprimem dinheiro, não têm guitarra, não fazem milagres. O Governo do Estado do Paraná, embora os desejos do ilustre Deputado resumem-se ao papel de administrador dos recursos públicos e tanto quanto em nosso orçamento pessoal, também para ele, a despesa não pode ultrapassar a receita.

Fazemos essas considerações, a propósito do pronunciamento daquele ilustre Parlamentar, sexta-feira última, onde, abordando um problema realmente crucial, que é a remuneração do magistério público, investiu Sua Excelência contra a administração estadual, como se o papel dela fosse ficar sentada encima de pilhas de dinheiro, apenas pelo prazer de ver o professorado passar fome.

Sofiscar, bailar irresponsavelmente sobre as agruras de quem sofre, de quem sofre realmente o aviltamento inflacionário de uma remuneração já míngua, não parece ser recomen-

dação de coerência, nem mesmo para a Oposição.

Ninguém mais do que o Governador Ney Braga, tem se preocupado com o problema da remuneração insuficiente, não só do magistrado, mas de todo o funcionalismo público. Problema que, diga-se de passagem, se espraia e engolfa todos os trabalhadores brasileiros e até muitos empresários de pequeno porte.

Temos a certeza, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que se há de encontrar em breve, meios para melhor remunerar as professoras primárias. Estas sim, com vencimentos que se devem corrigir a qualquer custo, mesmo que seja a custo de paralisação de obras, nem que o Estado se endivide, porque é um preço de justiça que a comunidade deve e vai pagar.

Mas daí, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, vir o nobre Deputado Fiori Luiz e afirmar que o Governo do Estado está omissa, intransigente, em relação aos problemas do magistério público, é evidente que não dá para aceitar.

E, a propósito, queremos lembrar à Casa, esperando que os professores também nos ouçam, que nestes 18 meses, o Governador Ney Braga demonstrou alto e bom som, quanto se preocupa em fazer o que pode e não o que quer, é preciso que se frise isto. Fazer o que pode, o que lhe permite a Lei de Meios; o que lhe permite a arrecadação estadual. E não o que ele quer, não é como Governador que compreende a importância do Professor no seio da comunidade, mas acima de tudo como pessoa humana, o que quer o Sr. Deputado Fiori Luiz em benefício desta nobre classe.

Ressaltamos os benefícios concedidos pela Lei de Efetivação dos ex-suplementaristas e o pagamento de gratificação de regência de classe. Em março, logo depois de assumir, o Governador Ney Braga determinou a promoção de 1784 professores para a Classe e, nível 15. Mais 20 professores para a D, nível 4; e 2.115 professores passaram para a classe C, nível 3.

Ainda no mesmo mês, o Governador Ney Braga nomeou 5.566 professores para a Classe A, nível 1. Eles estavam aprovados em concurso, desde 1978. E aguardavam, angustiados e esperançosos, por essa nomeação.

Nesse início de governo, determinou-se o retorno dos professores aos seus locais de origem. Aprovados em concursos, esses mestres teriam que assumir vagas em locais diferentes de suas residências, o que foi efetivamente evitado.

Mais tarde, em julho do ano passado, completou-se a nomeação dos professores aprovados em 1978, num total de mais 1.291. Na sequência, em agosto, atendendo pedidos da classe, o Governo efetuou a transposição de 3.354 professores para o Grupo Ocupacional Especialista de Educação, concretizando uma reivindicação antiga.

Na mesma oportunidade, 1278 professores foram transpostos para o nível 4, Classe D, e 202 para a Classe C, nível 3.

Em 15 de outubro do ano passado, adotando o que a imprensa batizou de "O Pacote da Educação", o Governo do Estado gerou benefícios outros, ao magistério. Um deles, a gratificação por regência de classe, que favoreceu cerca de 11 mil professores que atuam da primeira à quarta séries do primeiro grau.

Ainda no "pacote", cinco mil professores obtiveram estabilidade no emprego, desaparecendo aquela triste, aberrante figura de fixação chamada "professor suplementarista", todos com mais de dois anos de serviço, tiveram cargo efetivo no quadro do pessoal do Poder Executivo. E já, em seguida, abria-se novo concurso para ingresso na carreira do magistério, sendo aprovados 3314 novos professores públicos.

Finalmente, criou-se o Conselho do Magistério, como representante das entidades de classe, e ele tem falado, e ele tem sido ouvido.

E veja-se agora, o Orçamento Plurianual de Investimentos, que o Governador Ney Braga acaba de enviar a esta Casa: nada menos do que 25,1 por cento dos recursos do Estado serão

investidos na educação.

É um grande esforço para o Paraná, e estime-se daí o que representa qualquer acréscimo de dispêndios em folha de pagamento.

Eis porque, nobres Srs. Deputados, o Governador Ney Braga é realmente um dos interessados no problema da educação. E se mais não fez, é porque não lhe permitem os recursos da máquina administrativa.

Nós até louvamos a posição da Oposição, nesta Casa.

Reconhecemos a sensibilidade humana que levou o nobre Deputado Fiori Luiz a fazer aquele pronunciamento, repito: nenhum dos Deputados desta Casa se conforma com o vencimento pago ao professor.

Nós sabemos que é uma classe nobre; nós sabemos que dela depende, praticamente, o futuro deste País, porque é o professor quem realmente prepara as gerações que hão de nos suceder, inclusive nesta Casa.

Sabemos do papel relevante do professor na comunidade. Mas, o que nós não podemos aceitar, é a ultrapassagem desse ponto de vista para os interesses imediatamente eleitorais, contidos no pronunciamento que ouvimos aqui, a semana passada.

Indique o nobre Deputado recursos donde o Estado possa realmente se valer, para proporcionar ao professorado um vencimento condigno, melhor do que o que ele percebe no Estado do Paraná; estão aí os orçamentos. A proposta orçamentária chegou na Casa; chegou o instante do nobre Deputado se debruçar sobre a proposta orçamentária e apontar um contra-orçamento para ser debatido, mostrar o valor da representação política com dados concretos, palpáveis, jamais com a demagogia fácil daqueles que realmente não conhecem o funcionamento da máquina administrativa.

Venha-se quanto gastava o Estado do Paraná com a folha de vencimentos da educação, no início do Governo Ney Braga, e veja-se em quanto ela monta até a presente data, para ver que, efetivamente, o Governo, dentro dos recursos que dispõe ou de que dispunha, fez o que lhe era possível, humanamente possível.

Anote-se neste nosso pronunciamento, que não estamos, absolutamente, e não o fazemos por medo de perder o voto do professor; não estamos, absolutamente, achando, registrando a nossa posição contrária ao aumento de vencimentos. Achamos que a remuneração paga a todo o magistério, é muito aquém ao que ele merece, mas estamos fazendo uma análise fria, dos recursos de que dispõe o Estado do Paraná, para fazer frente a essas despesas.

**O Sr. Fiori Luiz** — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre líder, na última quinta-feira, efetivamente, abordamos os problemas dos professores, que iriam iniciar na sexta-feira, eu não diria uma greve, mas, como colocou nosso líder, Deputado Renato Bernardi, um tempo para meditação, uma pausa para reflexão e nós pudemos sentir esse anseio dos professores, numa manifestação ocorrida em Londrina com mais de três mil alunos e mais de 600 professores da Região Norte, que se concentraram na Concha Acústica.

A verdade é o que eu disse na quinta-feira, repito, que nenhum Governador até hoje, procurou minimizar, amenizar esse drama do professorado paranaense. O Secretário da Educação, uma figura dotada de alta verbosidade, muito eloquente, mas, sem nenhum poder decisório. Não há verbas para a educação no Paraná, mas existe uma dotação orçamentária de 95 milhões de cruzeiros, para que o Governo publique seus atos, em rádios, jornais e televisão; não há verba para a educação, mas milhões estão sendo gastos nesse novo prédio aqui ao lado, para acomodar os Gabinetes dos Deputados, gabinetes luxuosos — quantos milhões serão gastos nesse prédio de nove andares, para que os Deputados sentem-se em gabinetes are-

jados, com ar condicionado? 200 milhões? 300 milhões? 400 milhões de cruzeiros?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência me permita.

Vossa Excelência não vai fazer um discurso paralelo ao meu, Vossa Excelência, como Deputado, tem plenos poderes para emendar o Orçamento do Poder Legislativo.

Por que não o fez até agora?

Há quantos anos Vossa Excelência está nesta Casa? Vossa Excelência aceitou pacificamente as verbas destinadas à construção do anexo do Poder Legislativo. Não venha Vossa Excelência fazer demagogia.

Por que Vossa Excelência não protestou, na oportunidade? Porque Vossa Excelência aceitou de bom grado.

Por que Vossa Excelência não abre mão de parte dos seus vencimentos, que são copiosos? Porque um Deputado aqui, ganha, e ganha muito bem. Vem Vossa Excelência fazer demagogia. Não aceitamos essa demagogia.

Emende Vossa Excelência o Orçamento do Poder Legislativo, exclua as verbas destinadas à construção do anexo deste Poder, e destine-as à educação, e levará o meu apoio, se a bancada de Vossa Excelência assim o fizer. Pode usar demagogia para os inexperientes; jamais para um Deputado que tem 1/4 de século de vida pública, que conhece muito bem o funcionamento dos três Poderes, que conhece muito bem o mecanismo de arrecadação e aplicação de todas as verbas públicas, e que conhece bem o papel do Poder Legislativo, que é justamente separar o joio do trigo, que é justamente corrigir os excessos, que é justamente emendar onde deva ser emendada a Lei de Meios.

E Vossa Excelência, ao que me consta, não tem uma emenda neste sentido, e agora, para efeito de consumo público, vem fazer demagogia, o que não aceitamos.

Tem o aparte o Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Afirmando que é um governo emperrado, volta apenas para os problemas políticos partidários.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência não diz nada de útil.

Não aceitamos essa demagogia de Vossa Excelência; emende o orçamento do Poder Legislativo e exclua as verbas destinadas à construção do anexo deste Poder, e destine-as à Educação, e leve o meu apoio, se a bancada de Vossa Excelência assim o disser.

Pode usar demagogia para os inexperientes.

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar os tímpanos).

O Sr. Fiori Luiz — ... para obrigar professoras a assinar fichas do PDS, o Governo sabe trabalhar.

Como em Londrina, a 18ª Exposição Regional de Ensino...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência não fez uma proposta. Traga Vossa Excelência uma proposta merecedora de crédito, para que a bancada do Governo possa estudar e dar a resposta.

O Sr. Fiori Luiz — Mas isso é da competência do Governo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência está incluindo entre aqueles que pretendem subverter a ordem das coisas.

O Sr. Fiori Luiz — É o Governo que precisa importar um Primeiro Ministro, como Saul Raiz, para ser sub-Secretário.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa faz um apelo ao Deputado Fiori Luiz; está na tribuna o Deputado Erondy Silvério. — (Faz soar os tímpanos).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Este Deputado já teve o desprazer de vir a esta Casa e aconselhar a adoção do regime cubano para o Brasil, é um Deputado radical de esquerda, e os chavões que ele usa nesta Casa, estão por demais ultrapassados. Não podemos mais aceitar calados estes impropérios, que temos ouvido de dois ou três Deputados esquerdistas dentro desta Casa.

Tem o aparte o Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich — Eu queria agradecer em nome do Deputado Fiori Luiz, que não pode concluir o aparte de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Porque ele se excedeu, e se Vossa Excelência exceder-se, também não vai concluir o aparte.

O Sr. Nilton Friedrich — Eu agradeço a Vossa Excelência, já que se arroga aos poderes ilimitados de dizer o que bem entende.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar os tímpanos).

Com a palavra, na tribuna, o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Assim não há diálogo, Sr. Presidente.

Tem o aparte o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Erondy Silvério...

O Sr. Nilton Friedrich — Muito obrigado pelo aparte, ilustre Líder da maioria silenciosa nesta Casa.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Erondy Silvério, estamos aqui apenas escutando, não somos maioria silenciosa, que quem cala consente, e o pior dos homens é aquele que atira pedras no seu próprio "status": a Assembléia Legislativa muito bem representada por esta Comissão Executiva que está procurando dar ao Paraná o anexo ao Plenário, e que Vossa Excelência está muito bem defendendo.

Agora, os Deputados que se acham bem pagos, que se acham nos gabinetes com mordomias, que devolvam ao povo o dinheiro que estão recebendo.

Deputado Erondy Silvério, não há discriminação de Deputado do PMDB e do PTB; apenas há o pagamento geral para todos, o que não podemos é vir aqui e nos fazer de musa, para demonstrar demagogia, superada, como diz Vossa Excelência.

Quem não estiver satisfeito, que devolva aos cofres públicos o seu vencimento. Não venha fazer demagogia, nos chamar de bancada silenciosa, que silenciosos nós somos, quando há necessidade da união, para o bem do Paraná. Agora, o que não concordamos, Deputado Erondy Silvério, ao vermos vilipendiada, tripudiada a nossa Comissão Executiva, homens responsáveis que tiveram o nosso voto, e a nossa bancada é honrada; não admitimos, Deputado, nosso Líder, ouvir baboseiras de homens que só querem insuflar, demagogos que não fazem outra coisa a não ser tumultuar a tranquilidade do Paraná, e o que existe, Deputado, entre professores e entre o nosso Plenário, é que está sendo o dinheiro do povo aplicado em benefício do próprio povo.

Não vamos admitir que nos chamem de bancada silenciosa, que nós somos homens no silêncio e somos homens também para agüentar qualquer coisa ao lado de Vossa Excelência e ao lado da Comissão Executiva.

E sabe Vossa Excelência que não temos hoje, neste instante, três palavras, Deputado Erondy Silvério, para dizer aos homens da esquerda, aos homens da foice e do martelo, que nem sequer pensam na cruz de Cristo, em benefício de sua terra e de sua gente.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Concedo o aparte ao Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado Erondy Silvério, inicialmente, há que se louvar a habilidade e esperança com que Vossa Excelência, por reiteradas vezes, tem ocupado a tribuna desta Casa, porque Vossa Excelência não discute o mérito das coisas, Vossa Excelência perde-se no circunstancial, esquecendo-se do fundamental.

Na questão do Orçamento, é evidente que constitucionalmente, nós os Deputados, estamos impedidos de fazer qualquer alteração na lista de intenções que o Executivo manda para esta Casa. Vossa Excelência louva-se sempre desses subterfúgios

para desviar a atenção.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas para uma correção.

Eu não sei o que é circunstancial, como Vossa Excelência falou. Quero apenas responder que não se trata de esperteza, absolutamente; nós analisamos as coisas com frieza. Vossa Excelência poderia me dizer qual o dispositivo constitucional que proíbe o Deputado de emendar o Orçamento, a não ser quando acresce despesas?

A transposição de uma verba para outra, não importa necessariamente na elevação de despesas. Ao que parece, Vossa Excelência é um técnico em contabilidade, e deve conhecer muito bem isso.

O Sr. Darcy Deitos — O Legislativo aqui vota "ipsis literis" como vem do Executivo, a verba orçamentária.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu posso dar aparte até ao Deputado Lineu Turra.

Vossa Excelência pode dizer diretamente para mim o que foi dizer no ouvido o seu colega; eu dou o aparte a Vossa Excelência.

Mas, Vossa Excelência sabe que a Casa pode, perfeitamente, retirar de uma Secretaria de Estado uma dotação orçamentária e acrescentar em outra, sem que haja aumento de despesa.

Eu devolvo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Darcy Deitos — Só para concluir.

Vossa Excelência redundou a um óbvio que, é evidente que o Governo, que nenhum Poder constituído que se chama de Governo, faz alguma obra, realiza alguma coisa que ele não tenha que tirar de alguém, através dos impostos.

Vossa Excelência observou bem no início do seu discurso, que o Governo do Paraná não tem o Banco Central nas costas, etc.

Quer dizer, eu gostaria que Vossa Excelência colocasse os fatos concretos e entrasse no mérito das questões, porque aqui nesta Casa, inclusive naquela tribuna, no final do semestre passado, trouxe esclarecimentos a esta Casa, da nossa preocupação com referência ao endividamento do Estado do Paraná, que no dia 31 de março de 79, era de 12 bilhões e meio, e no dia 31 de dezembro de 79, era de 30 bilhões vírgula oito, e até hoje...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Dá licença.

Vossa Excelência está procurando confundir; não veio para explicar, veio a fim de confundir. Não que o Governo tivesse elevado, é evidente que no início de dezembro, a dívida externa era na ordem de 12 bilhões...

O Sr. Darcy Deitos — De 30 bilhões.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — No início de dezembro. E Vossa Excelência disse, mas no fim de dezembro, já tinha chegado a trinta bilhões.

Então, Vossa Excelência veio para confundir e não para explicar.

O Sr. Darcy Deitos — Absolutamente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Dá licença.

Vossa Excelência sabe que o Governo do Estado, neste período, não contraiu um centavo de empréstimo no Exterior. Foi a maxi-desvalorização do cruzeiro que realmente dobrou a dívida externa, não só do Paraná mas da própria União, até das empresas privadas.

Vossa Excelência sabe disto, que houve uma alteração na política cambial e econômica do País, através de uma instrução do Banco Central.

O Sr. Darcy Deitos — Outro dia, no encaminhamento de um requerimento, Vossa Excelência até usou termos que nós desconhecíamos, a real situação do Estado do Paraná, porque continuamos afirmando que o crescimento da dívida do Estado não corresponde pelo feito das obras realizadas, porque o Estado está parado.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência concedeu.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Darei já o aparte a Vossa Excelência.

Custa acreditar que um Deputado, embora jovem, no seu primeiro mandato, que tem demonstrado realmente um grande interesse pela solução dos problemas públicos, como Vossa Excelência, saia com um disparate destes, que a dívida cresceu mas as obras não aumentaram na mesma proporção.

Vossa Excelência sabe que a economia ocidental, não só do Brasil mas de todo o mundo ocidental, passa por um momento terrivelmente crítico. Vossa Excelência sabe que somente devido às oscilações cambiais é que a dívida do Paraná cresceu, ou Vossa Excelência queria que o Governador fizesse obras com o vento?

Ora, custa acreditar que Vossa Excelência diga um disparate deste.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que está na tribuna, que Vossa Excelência passa a falar no horário reservado à Liderança.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência, mas o horário da Liderança está destinado ao culto, digno, ilustre, nobre Deputado da bancada do PDS, representante da cidade de Ponta Grossa nesta Casa, nobre Deputado Cyro Martins.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Concederei o tempo que resta, a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao nobre Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Lê):

"No início desta legislatura, no ano passado, vim a esta tribuna reivindicar para o Paraná, a continuidade na construção de obras rodoviárias no Plano Federal. E, se atendido, viria resolver, ajudar de uma forma significativa, a economia paranaense.

Pedi a construção da BR-487, Pontal do Tigre - Campo Mourão - Manoel Ribas - Cândido de Abreu - Ivaí - Ipiranga - BR-373.

Pedi a continuidade da Rodovia Transbrasiliana - Br-153, no trecho União da Vitória - Irati - Imbituva - Tibagi - Ibaiti e também pedi o trecho Marmeleiro - Barracão, da Br-373.

E, hoje volto a esta tribuna, repetindo não só o que foi pedido ontem, como também trazer o pensamento unânime de todos os paranaenses, e tenho certeza, de todos os Deputados aqui presentes.

Houve retrocesso. Além de não sermos atendidos com novas estradas, deparamos com a paralisação dos serviços rodoviários federais, em andamento.

É um assunto que os nobres colegas têm debatido aqui, e estou também para clamar às autoridades federais, no setor rodoviário, que sintam o problema cruciante que estão criando com a paralisação das obras no nosso Estado.

Trata-se do grave problema gerado para milhares de paranaenses, como o não pagamento das dívidas por parte do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, contraídas junto a empreiteiras de obras do nosso Estado, e também pela paralisação de obras de suma significação.

Este fato está gerando um clima de intranquilidade



social que se ampliou a partir da notícia da paralização de diversas obras federais que estavam sendo executadas no Paraná, não só na Capital mas em todo o Estado, milhares de trabalhadores com pouca ou nenhuma especialização estão desempregados, aguardando qualquer decisão que lhes favoreça, por parte do governo federal.

Somente para as empreiteiras paranaenses, segundo um levantamento procedido pelo Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada recentemente publicado pela imprensa, o DNER deve mais de dois bilhões e duzentos milhões de cruzeiros.

Mesmo com a liberação, no final de mês passado, de recursos da ordem de um bilhão de cruzeiros, destinados ao pagamento das dívidas do DNER, a situação das empreiteiras e de milhares de operários continua sendo das mais críticas. Acredita-se ainda que as dívidas devem aumentar, pois não se computou ainda os custos das obras realizadas nos meses de julho e agosto.

Comenta-se que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estaria em véspera de receber um empréstimo exterior da ordem de 125 milhões de dólares, visando reequilibrar a saúde financeira do órgão. Mas, isso não passa de comentário, não havendo nenhum posicionamento oficial a respeito. Se efetivamente estes recursos forem liberados, o problema poderá ser solucionado mas até lá, como ficará esta tensão social, que cresce em todo o Estado?

Srs. Deputados, a situação é realmente crítica. Assim ao manifestarmos a nossa confiança nas gestões que uma Comissão Parlamentar de nobres Colegas irão realizar junto aos órgãos federais, quero que levem o nosso apelo, o apelo de todo o paranaense para que possam trazer uma solução favorável. É preciso que se realce a respeito aqui, que estamos vivendo o retrocesso no setor das obras federais, junto ao Estado do Paraná.

Reivindicamos obras que estavam paralizadas há anos e hoje vemos as obras que estavam em continuidade, paralizadas. Portanto, é um trabalho que todos nós deveremos desenvolver. Todos nós Deputados, todos paranaenses, em ritmo de que possamos ser atendidos neste apelo.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a gentileza de Vossa Excelência e realmente tem toda a razão quando faz este apelo, que tem sido reiterado por outras vozes também desta Casa, e que dada a oportunidade da sua ida a esta tribuna, não poderíamos deixar de estar de acordo e também aduzir ao seu pronunciamento o seguinte: O Estado do Paraná tem só perdido com a política econômico-financeira, desse Governo. Vossa Excelência há de convir por exemplo, que nós estamos produzindo grãos em cerca de 30% de toda a produção nacional, isso em números redondos.

E essa produção paranaense destina-se quase especialmente ao mercado internacional. Os alimentos paranaenses estão sendo importados, seja do Mato Grosso, seja de São Paulo; produtos horti-fruti-granjeiros estão sendo importados, inclusive, de Goiás. E o que o Paraná tem feito?

Há uma crescente evasão de recursos das nossas divisas internas como unidade desta Federação.

E o que está sendo feito para que haja a permanência do Governo Federal em obras? A política do Governo? O centralismo do Poder no Planalto Central?

A política do Governo tem realmente só tirado do Estado do Paraná. E o que nós precisamos alertar é de que, grandes parcelas da sua fertilidade do solo está sendo inundada agora. Por exemplo, a Usina de Itaipu. São 800 quilômetros quadrados das terras mais férteis deste Estado, e, quiçá, do mundo!

Outras regiões, e o que é pior Deputado a concentra-

ção urbana criando o desgaste das nossas divisas, fazendo, inclusive, obstáculos no próprio Orçamento do Estado, capaz até de adequar as necessidades rodo-ferroviárias para as nossas potencialidades econômicas.

O que nós precisamos, inclusive agora há pouco, se discutiu o problema da educação. O Ministro da Educação de então - e hoje atual Governador do Estado, - não se preocupou com a federalização, que é uma forma de impedir a evasão de divisas, de recursos do Tesouro do Estado. Então são coisas que estão erradas desde a sua raiz. E eu quero concordar com Vossa Excelência, e dizer mais: a grande parcela - Vossa Excelência veja, são quase 30% da produção nacional, e nós somos um País agrícola. E essas divisas que nós carregamos para os cofres, vão para onde? Para o Estado? Não! Vão para a União. E aí é que está o grande obstáculo. Vossa Excelência tem razão nesta parte, pelo menos, e estamos de inteiro acordo, em que nós precisamos fazer uma frente de interesses paranaístas junto ao Governo Federal, e exigir do Governo Federal.

Temos aí as cooperativas, os sindicatos, os Parlamentares de todas as áreas e de todos os partidos. Nós podemos fazer um bloco de exigências junto ao Governo Federal, para que se instale neste Estado, pelo menos um aporte de recursos suficientes, para não sairmos daqui claudicantes, e ir para outro Estado por falta, até de condições de vida.

Muito obrigado.

**O SR. CYRO MARTINS** — Nobre Deputado Fidelcino, realmente a união de esforços de todos nós, foi o que nós frisamos no início de nossa mensagem, a fim de que possamos ter sucesso. Se no ano passado nós estávamos reivindicando novas estradas, ao lado de outras que estavam sendo construídas; se não fomos atendidos nessas novas estradas que seriam importantíssimas para a economia do Estado do Paraná, e observe-se bem, a BR 373 e a BR 453, que são rodovias, estão estrangulando a ligação do Paraná com os outros Estado. E uma delas, a Transbrasiliana, já está ligada em Santa Catarina, já tem seus trabalhos concluídos em São Paulo, só Paraná ficou interrompido. A célebre Transbrasiliana, nota realmente, a política rodoviária que vem de encontro aos interesses do Estado do Paraná.

A Estrada Pontal do Tigre, que é uma luta que estamos realizando desde 1.958, para que possa aumentar a área de influência do Porto de Paranaguá, abrangendo uma área do Sul de São Paulo, e uma grande área de Mato Grosso, estamos sempre impedidos, pela economia política federal, que realmente, nestes pontos estrangulam.

Por isso, estamos aqui na tribuna, ao lado de outros companheiros, outros Colegas nossos, que vieram aqui expor a calamidade da economia social, do setor econômico e social que está contagiando milhares de operários. Estão criando problemas nas firmas empreiteiras, e que possamos então, neste momento em que o Governo Federal toma uma atitude nessas condições, unirmos os nossos esforços, para chegarmos, então, às finalidades que nós desejamos - que o Governo Federal atenda o Paraná e, atenda, dentro das condições que nós merecemos, como bem disse o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

**O Sr. Palácios** — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Inicialmente, desejo me congratular com Vossa Excelência pelo correto, oportuno e muito bem posto pronunciamento, porquanto, exatamente nesta época, como bem disse Vossa Excelência, em que se pleiteavam novas estradas federais para dar atendimento ao escoamento de safras no Paraná e no Brasil, aqui no nosso caso, no Paraná, nós vimos, com grande sentimento, um corte de verbas em que nossa rodovias e o nosso Estado seriam prejudicados, com os mesmos, não somente por não se autorizar a execução de novas



estradas, mas também pela paralização das estradas que estavam em andamento.

Desejo colocar-me inteiramente ao lado de Vossa Excelência para os momentos que se fizerem oportunos, no sentido de que possamos, todos, acreditar que todos nós Deputados, numa só voz e em conjunto, lutarmos junto ao Governo Federal, para que reestude ou reveja, a sua atitude com relação a rodovias federais, no Paraná, e, devo salientar ainda que, não só no setor de novas estradas mas também com relação à conservação de rodovias, o Governo Federal não tem se portado à altura em que o DER do Paraná o tem, porque o DER do Paraná vem conservando rodovias federais, em convênios com o DNER, e sabemos que grandes somas já são devidas ao DER do Paraná, e, desse dinheiro, não tem havido retorno, não sabemos porque, talvez por falta de verbas segundo eles alegam, mas, havia necessidade e já foi citado aqui se não me engano pelo Deputado Lázaro Dumont, de que haveria necessidade do retorno dessas verbas.

Além de tudo, eu gostaria, para concluir, de salientar um fato:

Nós temos na BR 369, ligação Londrina/São Paulo passando pelo Norte Pioneiro, na Rodovia 369, nós temos uma ponte que está avariada, e só está dando tráfego para um veículo de cada vez, está trafegando em meia pista, e, já está com dois anos, este acontecimento. Por nossa solicitação, aprovada pelos Deputados desta Casa, o DNER nos respondeu que estaria fazendo um estudo e projetos, para que se incluísse no próximo programa, talvez. Mas o que nós não entendemos é que uma ponte de aproximadamente 80m de vão, um viaduto de 80m de vão, leve dois anos para ser reparada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem 1 minuto para concluir.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Eu me incorporo na solicitação que Vossa Excelência faz, de que toda a Casa se empenhe para a solução desses problemas.

Ocorre que eu entendo realmente de que, quando o fato, quando um problema existe, é necessário o auxílio de todos para se encontrar a solução — para esse auxílio, a ele eu me incorporo; agora, eu acredito que o homem público, no Brasil, deve começar a assumir um outro tipo de postura para com esses problemas. Porque veja Vossa Excelência, não se pode mais admitir, se pretendemos preservar realmente a iniciativa privada nesta Nação, a irresponsabilidade de homens públicos como vem ocorrendo. Porque, se essas obras estão sendo tocadas por empresas particulares, o Poder Público chamou essas empresas, essas empresas alocaram serviços de pessoal de outras firmas, se empenharam e acreditaram no Poder Público, e agora, com a paralização, muitas delas irão inclusive, à falência. Esta, tem sido a rotina do que tem acontecido no Brasil, quando uma obra pública para. Mas como se admitir que uma obra pública, que é fruto de um certo planejamento ou de um detalhado planejamento, possa, de uma hora para outra, deixar na "rua da amargura" e sem explicação alguma, essa leva de iniciativa privada, de indivíduos que acreditaram no Poder Público, e se entregaram a uma tarefa de construção de obras.

Então, acredito de que nós como homens públicos, devemos encontrar uma solução mas também, tenhamos até a coragem de exigir a responsabilidade daqueles, que, ou por planejarem mal ou no intuito de fazerem obras para se autopromoverem, levam à falência muitos daqueles que tiveram a ingenuidade de acreditar no Poder Público.

Muito obrigado.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Além dos problemas econômicos e sociais que estamos sentindo, também vemos as nossas rodovias realmente estranguladas principalmente, na sua conservação. Notem todos que nós temos um leque a partir de Curitiba para o Sul, para o Litoral, e um leque a partir de Ponta Grossa, para todo o interior do Estado. Praticamente, uma única via de comunicação, a partir da serra de São Luís do Purunã a Curitiba.

E, este trecho, não está sendo tratado com a necessária importância, não só nas obras que foram paralizadas e por pouca coisa estariam concluídas, mas, principalmente, na manutenção da estrada velha que não tem mais condições de resistir, é preferível nós avançarmos para o acostamento, do que estarmos trafegando através do asfalto em péssimas condições que temos.

Acredito que a nossa esplanada aqui, veio de encontro aos interesses de todos nós e, repito, união de esforços para podermos resolver essa questão. Está na mão do nosso Presidente, organizar esta Comissão e ir aos órgãos federais pessoalmente, levar o nosso clamor para que possamos conseguir alguma coisa do Governo Federal nesse sentido.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário, concedo a palavra ao Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Erondy Silvério, trouxe ao conhecimento da Casa, uma série de números, sobre os quais eu gostaria de refletir e teria se assim tivesse me cedido o ilustre orador, ter feito um aparte que acredito não tenha ocorrido em função do tempo.

Realmente, o problema educação, deve ser bastante meditado e eu gostaria de tentar, dar algumas respostas a perguntas feitas pelo nobre Líder do PDS.

Parece-me que parcialmente, essa resposta já foi dada exatamente pelo orador que me antecedeu, Deputado Cyro Martins, quando reivindica novamente, providências do Governo Federal, que de fato, tem sido o verdadeiro padrao do Estado. E aí, Srs. Deputados, parece-me que começa a contradição até desta Casa, e de políticos desta Casa. De nada adianta reclamarmos do Governo Federal, reclamarmos de verbas para a educação ou para a estrada, ou para a saúde, se ainda recentemente no Congresso Nacional, exatamente uma redistribuição de recursos, foi rejeitada pelo Congresso Nacional, pela maioria do Partido do Governo.

Então, é o momento de que aqueles Deputados que estão a clamar contra o abandono a que nos relegou o Governo Federal, aqueles Deputados também do Governo, cobrem dos representantes do seu partido no Paraná, cobrem uma atuação mais correta e mais decente. Porque, Deputado Erondy Silvério, realmente, eu quero reconhecer de público, gastar 25% em educação, realmente é um dado muito significativo, é muito dinheiro, ou é bastante percentual.

Não é muito dinheiro, porque o percentual é sobre um Orçamento que não é mais o Orçamento de 20 anos atrás, porque nos últimos 20 anos, nós fomos tirando coisas do Estado para fugirmos ao controle popular através da Assembléia. O que era o Departamento de Águas e Energia Elétrica, hoje é COPEL, não está mais inserido neste orçamento. O que era Departamento de Águas e Esgotos, hoje é SANEPAR. E assim iríamos muito longe, para mostrar que hoje o total do orçamento do Estado, é muito pouco em relação às coisas do Estado.

Diria mais, realmente os percentuais nos últimos anos, da educação, têm crescido. Em 78 foi 19%, em 80 está sendo 21% e estamos indo para 25%. Onde arranjar recursos para

pagar melhor os professores? Fez a pergunta o nobre líder do Governo.

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência, se me permite, não gostaria de interromper, apenas para, se Vossa Excelência me permite, dizer que o raciocínio de Vossa Excelência até aqui é perfeito. Concordo em gênero, número e causa com Vossa Excelência. Apenas discordo de uma colocação que faz, é de que o orçamento do Estado tenha diminuído em importância e em valor, devido à criação das empresas públicas que sempre condenei também, me incorporo a Vossa Excelência, esta Casa vem, através dos tempos, abrindo mão de prerrogativas inerentes a representação popular, permitindo a criação destas empresas públicas. Mas Vossa Excelência quando diz que o Orçamento diminuiu em valor, porque o Departamento de Águas e Energia Elétrica era, hoje a COPEL, Vossa Excelência está esquecendo que elas não participam da Receita do Estado, tributária, nem a SANEPAR, nem a COPEL, elas participam da cobrança de uma tarifa de contraprestação de serviços.

Vossa Excelência vê que há uma distorção de base nas afirmativas de Vossa Excelência. O orçamento do Estado, para nós, o que entendo de orçamento público é que são rendas tributárias, e participação nos fundos a que o Estado tem direito.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — O Deputado Erondy Silvério me proporciona exatamente...

**O Sr. Darcy Deitos** — Deputado Deni, só para clarear de um dado do Deputado Erondy, em que a colocação de Vossa Excelência é perfeita, porque o Orçamento do Estado do Paraná, de 1980, é de 42,5 bilhões de cruzeiros e o que está chegando aí, para 1981, é de 69 bilhões de cruzeiros. O acréscimo é de 65%. E a inflação foi mais de 100%.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Vossa Excelência me tirou a resposta, mas diria mais. Vamos admitir que a COPEL e SANEPAR continuassem como o desejado, dentro do Orçamento. O Orçamento deste ano, de 65 bilhões, teríamos mais do que dobrado, porque também eram as tarifas do Departamento de Água e Esgoto, Departamento de Água e Energia Elétrica, que elevavam o Orçamento do Estado anteriormente e, portanto, seu percentual talvez fosse menor.

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência há de convir que tarifa é contraprestação de serviço. Ela não contribui em percentual para nenhum fundo do Estado. É contraprestação de serviço, é taxa. Vossa Excelência sabe disto.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Como gostaria de responder à Liderança do PDS, em função do pronunciamento anterior, voltarei ao assunto; porque acho de muita importância. Mas há que se responder a pergunta de onde se buscar recursos para a educação. Primeiro, há a necessidade de deixarmos de ser patrulheiros ideológicos nesta Assembléia e neste País, e passarmos a pensar em conjunto. Por que não tem dinheiro neste País? Por que os impostos não permitem que nem o Governo Federal, que fica com a parte do leão, tenha dinheiro?

Em princípio, porque gasta uma boa parte do Orçamento na célebre segurança, já que é um governo de inseguros. Segundo, não temos uma arrecadação maior, porque está faltando coragem ao Governo, a coragem de passarmos a tributar as heranças, por exemplo, passarmos a tributar os ganhos de capital, e isto tem sido dito por homens da Oposição, e dito sempre. Qual a razão que um cidadão de repente, ganhando em bens de capital, não paga imposto? Qual a razão que um cidadão que fica rico de um momento para outro, não paga impostos? E talvez aí esteja a razão inclusive, da queda do Sr. Karl Rischbieter do Ministério da Fazenda. Porque ele advogava este tipo de tributação. Não, nós preferimos ir tributar quem? Nós preferimos ir tributar exatamente aquele de pouco ganho. O Imposto de Renda no Brasil é completamente pervertido. Porque quem paga mais impostos é do médio para baixo. E aí

estão as estatísticas para provar. Mas para chegarmos num fato simples do Paraná aonde estão as verbas de educação, se eu afirmo que 25% é um percentual razoável, mas sobre um orçamento que é pequeno em relação às necessidades paranaenses, 25% ainda se amesquinham mais quando sabemos que 20% desses 25%, portanto 5%, o Paraná gasta com suas três universidades e faculdades estaduais. Gasto este que no Rio Grande do Sul, não existe, porque no Rio Grande do Sul um Ministro da Educação teve coragem de enfrentar os poderosos de então e isto lhe custou inclusive a perda do Governo biônico do Rio Grande do Sul, o Ministro Tarso Dutra, que ficou num ostracismo durante algum tempo. Mas em função deste ato deste ministro, as Universidades Estaduais do Rio Grande do Sul foram federalizadas. E eu não irei dizer o que aconteceu no Paraná, quando tivemos o Ministro. O nosso Orçamento de 25% talvez fosse muito melhor se 20% não estivessem sendo gastos nas Universidades que os homens que estão no Governo do Paraná, não quiseram ou não tiveram coragem de federalizar quando estavam no comando da política educacional brasileira. Aí estão os recursos que falta à educação paranaense.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Não os novos recursos que o Brasil poderia ter, Vossa Excelência esqueceu o desvio calamitoso que as multinacionais, vem sangrando a economia nacional. Uma política fiscal realmente idônea e nacionalista em cima destas grandes empresas, tenha certeza Vossa Excelência aumentaria em muito a receita dos poderes públicos. Mas Vossa Excelência concluiu muito bem o raciocínio que iniciou, dizendo que efetivamente no Paraná, a educação poderia ter outros rumos, se houvessem sido tomadas outras medidas. E Vossa Excelência responde ao brilhante discurso do eminente Líder do PDS. E no discurso do eminente Líder do PDS, há os menos atentos, há talvez os que estejam escutando esse discurso do eminente Líder, pareceu de que realmente o responsável, o grande culpado, porque os professores não recebem mais, foi a Oposição. Porque a Oposição deixou de apresentar emendas, porque a Oposição não se diligenciou em estudar o Orçamento. Como se a responsabilidade da Oposição fosse pelo que acontece hoje no Magistério e na Educação. Ora, nos últimos 16 anos, ou mais precisamente, nos últimos 20 anos, porque Ney Braga assumiu o Governo em 1961, quer dizer, nos últimos 20 anos, praticamente, quem comandou este Estado foi a atual situação. E veja Vossa Excelência de que na Legislatura passada, a Oposição brigava aqui, por educação. Hoje o eminente Líder do PDS veio a esta Casa e disse de que o atual Governo vai resolver este problema; já resolveu aquele; já contratou, já deu estatuto, como se os males da causa da educação, fossem originados de um passado muito remoto. Na realidade, eminente Deputado, nós sabemos que, a partir de 1965, é que os orçamentos foram mingando para a educação, então, na realidade, não se atribua a culpa à Oposição, e esta tem um caráter meramente pedagógico de, ser aquela pedrinha no sapato dos poderosos, porque, a Oposição está impedida de apresentar emendas, a Oposição, inclusive nesta Casa, a praxe diz isto, que se consulte os Anais desta Casa, e, até pela sistemática aqui implantada, pela praxe aqui implantada, nem mais se apresenta emenda ao Orçamento, porque se sabe que é um trabalho perdido, elas mesmo não são aprovadas, o Governo tem a maioria absoluta para, sistematicamente, apenas fazer alguma alteração no supérfluo, alguma alteração, às vezes, como tem acontecido aqui, de redação, mas não, no conteúdo, na essência do Orçamento. Então eu não posso admitir, em hipótese alguma, como se pretendeu dizer aqui, que, os grandes culpados da causa da educação no Paraná, são os Deputados da Oposição porque não estudaram o Orçamento, não apresentaram emendas. Nós vamos insistir daqui para a frente, Vossa Excelência será testemunha, o Líder do PDS será testemunha, a Oposição vai apresentar — vai apresentar — sim, emen-

das, para dar mais verbas à educação. Só espero que nós tenhamos a compreensão da bancada do PDS para aprovar, e já convocamos, o Orçamento está aí, vamos nos debruçar e vamos aumentar esses 25%, se nós quisermos vir a extinguir com algumas verbas de promoção pessoal neste Estado, se nós quisermos terminar com alguma coisa de suntuosidade, se nós quisermos terminar com muito "empreguinho" que anda neste Estado, porque se promete agora, criar uma nova Secretaria, então, nós chegaremos lá, conseguiremos aumentar substancialmente, a verba da educação.

Vamos ver se vai acontecer isto!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa comunica o orador que se encontra na tribuna que lhe resta apenas um minuto.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu desejo um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Eu diria que o assunto trazido a esta Casa, pelo eminente Líder do PDS, é de suma importância, e poderíamos até, no correr das afirmações do Deputado Nilso Sguarezi, citarmos aqui, já que se pede tanto que mostremos: estamos com uma verba, por exemplo, de cinco milhões de cruzeiros, entregues pelo Executivo à Universidade Federal, para fazer uma pesquisa de lideranças, quando nós sabemos que, as verdadeiras lideranças não precisam ser pesquisadas, precisam, ser eleitas pelo voto do povo, e aqui estão, inclusive, as Lideranças do PDS, portanto, aí estão cinco milhões que poderiam ser destinados à educação, e que superfluamente estamos a gastar; agora, parece-me que, no total de tudo que foi dito, fica — aí está inclusive o problema da máxima desvalorização, não de 100% como se pensou aqui ou mais de 100%, mas de cerca de 30% — essa máxidevalorização também é um problema do Governo Federal, e, ficamos nós aqui, a ouvir reclamações ao Governo Federal, mas, na hora de votar lá no Congresso, não se permite que o nosso Estado tenha mais verbas inclusive para a educação, porque uma maioria aqui, subserviente — não me refiro à Assembleia mas me refiro aos Deputados do PDS que, a nível federal não tiveram coragem de votar a favor daquela Emenda que redistribuía o orçamento nacional. Estes homens são responsáveis, eles sim, e, ali, está também a solução da educação, e das estradas. Vamos romper com esse Governo que está lá em cima!

Senhor Ney Braga, eu já pedi desta tribuna, imediatamente assumas as rédeas do Governo do Estado, o que até agora não foi feito, chega de bajular os Generais, vamos assumir o Paraná, este é um Estado rico, e que tem condições de sobreviver, inclusive, sozinho, contra os poderosos que estão aí!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra, o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna no horário reservado à Liderança do Partido Popular, apenas para um rápido registro, uma vez, como todos sabemos, e há uma expectativa nacional, amanhã, mais uma vez, e na quinta-feira, o Congresso Nacional estará decidindo mais uma proposta das mais importantes, esta, a que trata da Emenda Constitucional que estabelece aposentadoria aos professores, aos 25 anos de serviço.

Chamamos a atenção, muitas notícias que chegam de Brasília, especialmente quando sabemos que milhares de professores do Brasil inteiro estão se deslocando, já se deslocaram muitos, outros estão se deslocando, até Brasília, inclusive com delegações do Paraná, que hoje saem de Curitiba, de Ponta Grossa, de Londrina, de Paranavai, e vão à Brasília para com a sua presença quem sabe, ter assim a esperança maior de que possa o Congresso Nacional por fim, definir-se favoravelmente à Emenda Constitucional que, inclusive, é de autoria de um Depu-

tado gaúcho, pertencente ao PDS, Sr. Deputado Alexandre Machado.

Entretanto, existem alguns aspectos curiosos. O primeiro deles, a posição tomada pelo Presidente da Câmara Federal e inclusive, medida que mereceu reparos até mesmo do Líder da Bancada do Governo, Nelson Marchezan, que criticou o ato de Marcílio que passou a vigorar ontem, proibindo o acesso de populares sem traje passeio completo, no café e no salão Verde da Câmara. São fatos assim estarecedores, porque na verdade nessa altura, pelo menos o que se acredita e a imprensa tem divulgado, é que dos milhares dos professores que foram à Brasília, face a exigência do traje completo, possivelmente uma parcela muito diminuta é que consiga adentrar o plenário e, possam assim, participar e sentir o andamento da Sessão daquela Casa de Leis.

Na verdade, Senhores Deputados, há uma expectativa em função do pronunciamento que o Brasil tomou conhecimento, de que os Líderes do Governo, no Congresso Járbas Passarinho e, na Câmara Federal, Nelson Marchezan, acabam de condenar a Emenda à Constituição, alegando que nesta altura admitir-se ou aprovar-se essa emenda, que estabelece a aposentadoria aos professores aos 25 anos, não só que estabelece mas que devolve ao professor um direito que ele tinha até a Constituição de 67, que tal medida fatalmente irá implicar na falência da União, dos Estados e dos Municípios. Fato altamente curioso quando a seguir passam a defender que realmente, há a necessidade de uma remuneração mais condigna para o magistério mas que, da mesma forma, no momento ela é impraticável face às condições difíceis que atravessa o Governo Federal, atravessam os Estados e atravessam os Municípios.

Mas, nós já dissemos, na verdade a luta dos professores é muito grande para que possam ter a devolução de um direito garantido até a Constituição de 67, mas aqueles que têm acompanhado, nestes últimos dois meses, os seguidos pronunciamentos que têm sido publicados pela imprensa nacional, inclusive, eu me propus e venho até arquivando uma série deles, nós temos ouvido pronunciamentos de Deputados de todo o Brasil pertencentes ao Partido do Governo, de que votariam favoravelmente à emenda, a proposta de Emenda à Constituição, estabelecendo aposentadoria do professor aos 25 anos.

E, é com base nisto talvez, que haja inclusive, uma credibilidade muito grande, dos Partidos de Oposição, todos unidos em favor da emenda de que haverá amanhã e quinta-feira, uma gama muito grande de Deputados pertencentes ao Partido do Governo, acredita-se até que quase a metade ou a metade da Bancada Governista haverá de votar favoravelmente à proposta do Deputado gaúcho do PDS, para que tenhamos a Emenda aprovada. Como consequência, porque em última análise, ficará então, a solução definitiva nas mãos do Sr. Presidente da República.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Deputado, Vossa Excelência se recorda que ao lado desta pretensão feita pelo Deputado gaúcho pertencente ao quadro oficial de representantes na Câmara Federal, já o paranaense Álvaro Dias, tem apresentado reiteradas ponderações e emendas à Constituição. Já em 1975, houve uma batalha. Recentemente o Congresso Nacional rejeitou uma proposta do Deputado Álvaro Dias.

Tenho minhas dúvidas, fundadas, como ocorreu também no caso recente da prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores, que foi um dos piores momentos da vida parlamentar brasileira. Tenho para mim que, desesperançoso de que os professores triunfem nesta causa, porque não acredito, e declaro publicamente, na palavra dos homens do Governo lá no Congresso Nacional, que tanto faz pelo Brasil afora declarações no sentido de proteger o interesse popular, na hora da votação eles preferem estar com o interesse do Governo, rejeitando o interes-

se popular.

Por esta razão até quero fazer uma previsão, não vai aqui nenhuma profecia, ao contrário, estamos pisando em terra firme, em rochas, solidificadas por um regime de exceção, de arbítrio que às golfadas, faz com que o Poder Legislativo não passe de um apêndice do Planalto. Com todas as modificações que se queiram fazer neste País, enquanto os homens não se investirem de dignidade, de caráter, de personalidade, de direção expoente sua baseadas num critério de filosofia, de compostura interior, não acredito muito neste triunfo das vitórias de natureza popular. Em todo o caso, Deputado, congratulo-me com Vossa Excelência por este esforço dialético, posso dizer, ao qual nos incorporamos e vamos esperar o desenrolar dos acontecimentos, ansiosamente, para que talvez o Congresso Nacional, num cochilo, como aconteceu com a Lei Falcão, projeto do eminente Senador Orestes Quêrcia, pode até acontecer de passar. Esperamos que estes cochilos sejam sempre a esperança do povo brasileiro.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, agradeço o brilhante aparte de Vossa Excelência e devo fazer apenas uma alusão, estou me preocupando em citar sempre o nome do autor da atual proposta de emenda, por pertencer ao Partido do Governo, como dizer assim numa expectativa de que ele também tenha ouvido, tenha seus companheiros. Não é possível que seja um homem isolado, dentro de sua bancada, sem qualquer detrimento, porque todo o Paraná conhece a luta empreendida até hoje, pelo Deputado Álvaro Dias, com referência a esta matéria.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Veja por exemplo a Emenda Edson Lobão, que ficou na História, Vossa Excelência há de convir, foi o maior vexame que o partido oficial deu em matéria legislativa.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejamos desta tribuna dizer da posição oficial de nosso partido, Partido Popular, amplamente favorável à proposta da emenda constitucional, e a esperança de que não obstante o pronunciamento das lideranças governistas, o Congresso haverá por bem de aprovar a matéria, devolvendo ao professor o direito de aposentar-se com 25 anos de serviço. Depois talvez, pelo clamor público, é possível que na área do Executivo, tenhamos a confirmação da decisão do Congresso, que é possível que desta vez ele seja respeitado na sua decisão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 39 Srs. Deputados. Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei n.º 92/80, de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros e subscrita por diversos Srs. Deputados, constante do expediente. — À Comissão de Constituição e Justiça, para juntar ao referido projeto.

Emenda ao Projeto de Lei n.º 96/80, que trata da Classificação de Cargos do Poder Executivo, de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente. — À Comissão de Constituição e Justiça, para juntar ao projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 63/80, que declara de utilidade pública a "Tenda Espírita Pai João D'Angola de Aruanda", com sede e foro na cidade de Curitiba. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 66/80, que declara de utilidade pública a "Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão - S.A.T.C., com sede e foro em Figueira, Município de Curitiba. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 67/80, que cria no Município de Santa Cruz do Monte Castelo, o Distrito Administrativo de Santa Esmeralda, com divisas que especifica. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 70/80, que declara de utilidade pública o "Centro Espírita Allan Kardec", com sede e foro na cidade de Ubatuba. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 94/80, (Mens. Govern. n.º 43/80) que revoga os dispositivos das Leis n.ºs 7074, de 02 de janeiro de 1979 e 7122, de 26 de abril de 1979. (Que proíbem aos integrantes da carreira de Procurador do Estado e do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, o exercício de atividade de natureza particular). — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 26/80, que visa disciplinar artigo do Regimento Interno, proibindo o porte de arma de qualquer espécie, nos edifícios da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 38/80, que aprova as contas do Governo do Estado, referente ao exercício financeiro de 1976. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 48/80, (Mens. Govern. n.º 46/80), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de órgãos que especifica e o Município de Apucarana, que objetiva a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 38/80, que suspende por inconstitucionalidade, nos termos de decisão definitiva do egrégio Tribunal de Justiça, nos autos da arguição de inconstitucionalidade n.º 1/78, a execução da Lei n.º 587, de 28 de fevereiro de 1978, do Município de Ibiporã. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 45/80, (Mens. Govern. n.º 40/80), que aprova os convênios celebrados pelo Estado do Paraná com os Municípios de Assaí e Maringá, destinado ao Controle da Erosão Urbana, conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 46/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 54/80, (Mens. Govern. n.º 52/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do

Esporte e os Municípios aqui nominados, que objetiva a execução de obras e a união de esforços no sentido do maior desenvolvimento da cultura. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 44/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 49/80, (Mens. Govern. nº 47/80), que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Foz do Iguaçu, e o termo de re-ratificação objetivando a execução de obras de implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 45/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 50/80, (Mens. Govern. nº 48/80), que aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado, através dos órgãos que especifica e o Município de Cascavel, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 105/80, que prorroga até 30 de setembro de 1982, (um mil e novecentos e oitenta e dois) os efeitos da Lei nº 6547, de 06 de junho de 1974. (Código de Vencimentos da PMEP). — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 105/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam prorrogados até 30 de setembro de 1982, os efeitos da Lei nº 6547, de 05 de junho de 1974.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 178/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a "Casa Assistencial Maria Dolores", com sede e foro na cidade de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 178/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Declara de utilidade pública a "CASA ASSISTENCIAL MARIA DOLORES", com sede e foro na cidade de Cascavel - PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) FUAD NACLI

#### JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente projeto de lei, visamos declarar de utilidade pública a "Casa Assistencial Maria Dolores", que através de seu estatuto justifica plenamente sua apresentação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 178/79

I — O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, objetiva declarar de utilidade pública a "CASA ASSISTENCIAL MARIA DOLORES" com sede e foro na cidade de Cascavel.

II — A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exi-

gências das leis que disciplinam a matéria.

III — Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer portanto é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de dezembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 92/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 41/80), que cria cargos nas carreiras de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Mecânico, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 92/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Aos integrantes das carreiras do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura - TC 1500, que optaram no prazo estabelecido no artigo 1.º da Lei nº 7268, de 26 de dezembro de 1979, ficam assegurados, a partir da data desta lei, todos os direitos e vantagens conferidos aos que manifestaram opção no prazo inicialmente previsto no artigo 7.º da Lei nº 7122, de 26 de abril de 1979.

Art. 2.º — Para cumprimento do disposto no artigo 1.º desta lei, ficam criados os seguintes cargos:

I — NA CARREIRA DE ENGENHEIRO CIVIL

- 1 (um) de 1.ª classe;
- 3 (três) de 2.ª classe;
- 1 (um) de 3.ª classe;
- 2 (dois) de 4.ª classe;

II — NA CARREIRA DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO

- 1 (um) de 2.ª classe;

III — NA CARREIRA DE ENGENHEIRO MECÂNICO

- 1 (um) de 1.ª classe.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 28 de julho de 1980.

a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 92/80

Tendo como origem a Mensagem Governamental nº 41/80, o presente projeto tem como objetivo assegurar aos integrantes das carreiras do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura - TC 1500, que optaram no prazo estabelecido no artigo 1.º da Lei nº 7268, todos os direitos e vantagens conferidos no Art. 7.º, da Lei nº 7122, de 26 de abril de 1979. E mais. Para cumprimento do exposto acima cria vários cargos nas respectivas carreiras.

A proposta do Sr. Governador, além da oportunidade incontestável, encontra na Constituição e na lei inteira acolhida.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
AIRTON CORDEIRO — Relator

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei nº 92/80

O projeto em exame trata da criação de cargos nas carreiras de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Mecânico, conforme especifica.

Tratando-se de Mensagem Governamental a matéria terá certamente, merecido estudo minucioso do órgão competente do Poder Executivo.

O projeto de lei ora em apreciação, mereceu parecer favo-

rável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que possa obstar a tramitação normal do presente plano de lei por esta Casa, opinando, portanto, favoravelmente ao mesmo.

Nestas condições, o nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1980.

a) JURANDIR MESSIAS — Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 92/80

De autoria do Poder Executivo, oriundo de Mensagem Governamental n.º 41/80, que objetiva criar os cargos que especifica, nas carreiras de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Mecânico, para provimento dos integrantes dessas carreiras que formularam a opção prevista pelo Art. 1.º da Lei n.º 7268, de 26 de dezembro de 1979.

Sobre a matéria houve pareceres favoráveis das Doudas Comissões de Constituição e Justiça e da Comissão de Recursos Humanos.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que nada há que possa impedir sua tramitação.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de setembro de 1980.

a) JURANDIR MESSIAS — Presidente e Relator  
— Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente.

Apenas para chamar a atenção da Casa, para um fato relacionado com o projeto de reclassificação.

O Projeto de Reclassificação de Cargos, no seu artigo 30, na mensagem que veio à esta Casa, revoga expressamente, a Lei 7.122/79, e suas alterações. Nós estamos aprovando agora o Projeto de Lei n.º 92/80, exatamente uma alteração daquela lei, que talvez na próxima semana venha a ser revogada por esta Casa.

Só para chamar a atenção, já que não temos nada a nos opor a este projeto de lei. Mas nos parece que está faltando uma melhor coordenação de coisas, porque na próxima semana esta lei hoje aprovada em primeira discussão, ela será revogada. E outro fato que está chamando a atenção é o seguinte: enquanto se revoga a Lei dos Engenheiros, não se revoga a chamada "Lei dos Advogados" e já que está se fazendo uma reclassificação Geral do Estado, é estranhável que, uma lei especial dos Engenheiros seja revogada, e, a lei especial dos Advogados não o seja. É apenas, já que virá a debate também o projeto de lei da reclassificação, para chamar a atenção da Casa, também, para este fato.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.  
— Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Osvaldo Anastácio de Freitas. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando trinta (30) dias de licença, a fim de exercer as funções de observador junto ao Convênio Internacional do Café, ora em curso na cidade de Londres, Inglaterra. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, soli-

citando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do I.N.P.S. no Paraná, em forma de apelo no sentido de que o referido órgão autorize as representações do ex-FUNRURAL dos Municípios de Itapejara do Oeste e Verê a execução de serviços para o atendimento dos trabalhadores urbanos daqueles municípios. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, no sentido de informar sobre um rol de questões para esclarecimento da Casa, referente a conservação do trecho rodoviário entre a BR-277 — 376. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

18 Srs. Deputados aprovam; 19 Srs. Deputados rejeitam.  
— Rejeitado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que a responsabilidade da manutenção da estrada que liga a cidade de Prudentópolis com o Distrito de Jaciaba, passe para a responsabilidade do D.E.R. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de dotar o trajeto de Maringá-Curitiba de maior número de ônibus, principalmente nos finais de semana. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo sejam efetuados estudos visando a implantação dos Cursos de Administração em Empresa, Comércio Exterior, Hospitalar, Ciências Contábeis e Direito, na cidade de Paranaguá. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro dos Transportes e Diretor Geral do D.N.E.R., encarecendo providências em relação ao estado de conservação, reparação e sinalização da Rodovia do Café. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações e louvor pela passagem do "Dia da Imprensa". — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia da Imprensa" à Associação Brasileira de Imprensa, à Associação dos Jornalistas Profissionais do Paraná, solicita ainda, voto de aplauso ao Comitê de Imprensa desta Casa, pelo trabalho que realiza, fazendo ressoar na comunidade paranaense as atividades deste Poder. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Justiça, consubstanciado em pedido de informações, sobre a aquisição de terreno por parte do Estado, no Norte do Paraná, para a construção da Penitenciária Regional. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.



(É procedida a verificação de votação)

18 Srs. Deputados aprovam; 19 Srs. Deputados rejeitam.

**Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de aplausos e congratulações ao jornal "Indústria e Comércio", que em data de hoje comemora sua milésima edição. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 92/80. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando xerox do comparecimento dos Srs. Deputados; das Sessões diárias (Ordem do Dia), realizadas por esta Casa. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 126/80. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos aos policiais civis Jair Martines e Guido Neodi de Andrade, pela eficiência, dedicação e coragem na prisão de um ladrão de automóvel. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de reequipar o Batalhão de Polícia Militar do Município de Paranaguá. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados estudos, através do DER, visando o asfaltamento do trecho que compreende a interligação do Distrito de São Martinho, pertencente ao Município de Rolândia. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro do Planejamento, encarecendo imediata revisão da decisão de realizar cortes de verbas do PRODOPAR, em 200 milhões de cruzeiros. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 78/80. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 108/80. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expedien-

te aos Srs. Ministro da Previdência Social, Superintendente Regional do I.N.P.S. e Secretário da Previdência Social do MPAS, encarecendo a instalação em Toledo de uma agência da Previdência Social. Em Discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, consubstanciado em pedido de informações, sobre a cobrança de taxa de fornecedores. Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficializado ao Sr. Presidente do INCRA, encarecendo a diminuição do módulo de terras rurais para efeito de escritura. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Sr. Superintendente da SUCEPAR, pelo dinâmico trabalho que desenvolve frente a competente equipe, dedicada ao combate da erosão. Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde Pública e Bem Estar Social, em forma de pedido de informações, referentes a publicação de matéria promocional em jornais. Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 41, 42, 43 e 46/80.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 44 e 45/80, e de Lei n.ºs 178/79, 92/80 e 128/80.

Levanta-se a sessão.